

Sumário

A Reunião Plenária foi declarada aberta, após a verificação do quórum, eram 09 horas e 05 minutos.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P. Q. G. D. P.) – *Iniciou-se com uma Declaração Política da UCID, apresentada pelo Sr. Deputado António Monteiro, sobre a recente remodelação governamental, apelando ao Executivo a manutenção, em São Vicente, dos ministérios da Economia Marítima e dos Transportes.*

Seguiu-se um período de esclarecimentos, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Joana Rosa (MPD), João do Carmo (PAICV), Nelson de Brito (MPD), Filomena Martins (PAICV), Armindo da Luz (MPD), Manuel Inocêncio Sousa (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), António Monteiro (UCID), Mircéa Delgado (MPD) e Carlos Monteiro (MPD).

Deu-se continuidade ao Período de Questões Gerais, com a apresentação pelo Sr. Secretário da Mesa (Miguel Monteiro) do Voto de Pesar, em nome da Assembleia Nacional, pelo falecimento das crianças Inara Raquel Baptista Leonor, Mauro Monteiro e Fábio Monteiro, vítimas de incêndio, na sua residência, ocorrido na localidade de Pedra Rolada, em São Vicente.

No período de debate, intervieram as Sras. Deputadas Celeste Fonseca (MPD) e Filomena Martins (PAICV), tendo o referido Voto de Pesar ficado habilitado para o período de votações.

De seguida, o Sr. Deputado José Manuel Sanches (PAICV) interveio sobre o desporto na região de Santiago Norte, particularmente os constrangimentos para o arranque do campeonato regional de futebol, apelando às sinergias dos poderes públicos e patrocinadores com vista ao desenvolvimento do sector naquela região do País.

Na sequência, os Srs. Deputados João Duarte (MPD) e Moisés Borges prestaram esclarecimentos.

Ao intervir, o Sr. Deputado José Manuel Soares (MPD) falou sobre a festa de Santo Amaro Abade, no Município do Tarrafal de Santiago, e manifestou a sua satisfação com a relação de parceria entre o Governo e a Câmara Municipal local, salientando várias obras realizadas e em curso como exemplos desta parceria. Solicitou ainda a realização de várias obras e acções, em vários domínios, naquele município, e mais visibilidade à Região de Santiago Norte.

Na sequência, os Srs. Deputados Moisés Borges (PAICV) e Celita Pereira (MPD) prestaram esclarecimentos.

O Sr. Deputado Walter Évora (PAICV), na sua intervenção, denunciou aquilo que considera ser atropelos à democracia por parte de autarquias locais, referindo-se aos recentes acontecimentos em Ribeira Grande de Santiago, em que um eleito foi “impedido” de participar na Sessão da Assembleia Municipal, e a solicitação, por parte da Câmara Municipal da Boa Vista, de antecipação das receitas do fundo de turismo para 2021.

Na sequência, usaram da palavra, para esclarecimentos, além do referido Deputado, os Srs. Deputados Alcides de Pina (MPD) e Nelson de Brito (MPD).

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Austelino Correia (MPD) falou sobre o abastecimento de água às populações em Santa Catarina de Santiago, criticando o desempenho da empresa Águas de Santiago.

Na sequência, usaram da palavra, para esclarecimentos, além do referido Deputado, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), José Maria Fernandes da Veiga (PAICV) e Fernando Frederico (PAICV).

O Sr. Deputado Mário Teixeira (PAICV) fez uma intervenção em relação à justiça para com os cabo-verdianos contratados para as roças do cacau e do café, em São Tomé e Príncipe, tendo o Sr. Deputado Orlando Dias (MPD) dado esclarecimentos.

A Sra. Deputada Filomena Gonçalves (MPD) interveio considerando distorcidas as afirmações feitas pelo Sr. Deputado Walter Évora, na sua intervenção, e esclarecendo que a Assembleia Municipal da Boa Vista autorizou a Câmara Municipal local a fazer um empréstimo

para pagar a comparticipação na construção de 250 moradias sociais e que não houve nenhum pedido de antecipação das receitas do fundo de turismo, por parte daquela autarquia.

Na sequência, o Sr. Deputado Walter Évora (PAICV) usou da palavra para esclarecimentos, para além da referida Deputada.

O Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire), na sua intervenção, deu resposta às questões colocadas durante este período.

Na sequência, prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados José Manuel Sanches (PAICV), António Monteiro (UCID) e Orlando Dias (MPD).

O Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) interveio sobre a questão da remodelação governamental e da manutenção, em São Vicente, dos ministérios da Economia Marítima e dos Transportes, suscitada pelo Sr. Deputado António Monteiro (UCID), na declaração política que apresentou, tendo o Sr. Deputado Luís Carlos Silva (MPD) prestado esclarecimentos.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Armindo da Luz (MPD) abordou as políticas, os ganhos e os investimentos do Governo realizados em todo o País.

Ao intervir, o Sr. Ministro do Estado, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares e Ministro do Desporto tratou dos assuntos relacionados com a remodelação governamental.

Na sequência, prestaram esclarecimentos o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) e o referido ministro.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) questionou quem é o representante da Chefia do Governo na ilha de São Vicente.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID) interveio sobre a perda de um membro do Governo com a remodelação governamental.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Mário Teixeira (PAICV) falando sobre os contratados em São Tomé e Príncipe.

Sobre este assunto prestaram esclarecimentos os Srs. Deputados Orlando Dias (MPD) e João Gomes (MPD).

Novamente, ao intervir o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) trouxe a questão da representação da Chefia do Governo na ilha de São Vicente.

Na sequência, e sobre este assunto, entrevistaram, para além do Ministro do Estado, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares e Ministro do Desporto, os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV) e Joana Rosa (MPD).

Período da Ordem do Dia (P. O. D.) – *Iniciou-se com a apresentação e discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para aprovar um novo regime dos crimes de consumo e tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.*

A Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho (Janine Lélis) fez a apresentação do referido diploma, tendo de seguida a Sra. Deputada Filomena Gonçalves (MPD) feito a leitura do Relatório-parecer da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado.

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título os Srs. Deputados Clóvis Silva (PAICV), Mircéa Delgado (MPD), Walter Évora (PAICV), José Manuel Sanches (PAICV), João Gomes (MPD), Milton Paiva (MPD), Rui Semedo (PAICV), João dos Santos Luís (UCID), Celeste Fonseca (MPD), Carlos Delgado (PAICV) e Filomena Gonçalves (MPD), para além da Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 41 minutos, tendo sido retomada às 14 horas e 48 minutos, com a continuação da discussão, na generalidade, da Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para aprovar um novo regime dos crimes de consumo e tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, designadamente com esclarecimentos prestados pela Sra. Deputada Joana Rosa (MPD), seguindo-se o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) que interpelou a Mesa.

Em seguida, às 14 horas e 54 minutos, a Reunião Plenária foi suspensa, a pedido da Sra. Deputada Joana Rosa (MPD), tendo sido retomada às 15 horas e 08 minutos, com o escrutínio, na generalidade, da mencionada Proposta de Lei, tendo esta sido aprovada com 52 votos a favor, sendo 30 do MPD e 22 do PAICV, 2 abstenções da UCID e nenhum voto contra.

Posteriormente, passou-se à apresentação e discussão, na especialidade, do mesmo Diploma, tendo a Sra. Ministra da Justiça e do Trabalho apresentados os artigos, de 1º a 4º, tendo os artigos 1º, 2º e 4º sido aprovados sem alterações e o artigo 3º que foi aprovado com alterações.

Entretanto, quando eram 15 horas e 19 minutos, o Sr. Presidente suspendeu a Reunião Plenária por 15 minutos, devido a problemas de ventilação da Sala provocados pela emissão de pó do aparelho de ar condicionado.

De seguida, ao abrigo do n.º 2, do artigo 137º do Regimento da Assembleia Nacional, foram submetidos à Votação Final Global os seguintes diplomas:

– Projecto de Lei que estabelece as normas que regulam a realização do investimento direto dos emigrantes em Cabo Verde;

– Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para se proceder à primeira alteração ao Decreto-legislativo n.º 1/2008, de 18 de agosto, que aprova a Orgânica da Polícia Judiciária.

O Projeto de Lei que estabelece as normas que regulam a realização do investimento direto dos emigrantes em Cabo Verde ficou aprovado com 58 votos a favor, sendo 34 do MPD, 22 do PAICV e 2 da UCID, nenhuma abstenção e nenhum voto contra. Na sequência da sua aprovação, os Srs. Deputados Francisco Pereira (PAICV), Emanuel Barbosa (PAICV) e João dos Santos Luís (UCID) proferiram as Declarações de Voto.

Já a Proposta de Lei que concede ao Governo autorização legislativa para se proceder à primeira alteração ao Decreto-legislativo n.º 1/2008, de 18 de Agosto, que aprova a Orgânica da Polícia Judiciária foi Aprovada com 57 votos a favor, sendo 35 do MPD e 22 do PAICV, 2 abstenções da UCID e nenhum voto contra. As Declarações de Voto foram feitas pelos Srs. Deputados Clóvis Silva (PAICV), Mircéa Delgado (MPD) e João dos Santos Luís (UCID).

A Reunião Plenária foi encerrada às 15 horas e 57 minutos, dando por finda a Primeira Sessão Plenária de Janeiro de 2020.